

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR

OFÍCIO Nº 1.703/2025 - PMC/SMG

Cajamar/SP., 09 de outubro de 2025.

Referente: Requerimento nº 262/2025

12ª Sessão

Senhor Presidente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, pelo presente, em atenção ao Requerimento nº 262/2025, de autoria do Nobre Vereador Cleber Cândido Silva, encaminhamos as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Emprego e Relações de Trabalho, por meio do Memorando SMERT Nº 206/2025, cópia anexa.

Sendo o que tínhamos a informar, aproveitamos o ensejo para externar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

KAUÃN BERTO SOUSA SANTOS Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR

PROTOCOLO 3529/2025 DATA / HORA 14/10/2025 11:20:17 USUÁRIO 254.XXX.XXX-01

Excelentíssimo Senhor
EDIVILSON LEME MENDES
Presidente da Câmara do Município de

<u>CAJAMAR – SP</u>



Documento assinado eletronicamente por **Kauan Berto Sousa Santos**, **Prefeito**, em 13/10/2025, às 13:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no <u>Decreto Estadual nº 67.641</u>, de 10 de abril de 2023 e Decreto <u>Municipal de regulamentação do processo eletrônico</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/rasaopaulo/sei/controlador_externo.php?
acesso_externo=0, informando o código verificador **0442671**e o código CRC **10821175**.



MEMORANDO SMERT - N° 206/2025

Cajamar, 22 de setembro de 2025.

À

Secretaria Municipal de Governo

Departamento de Apoio Técnico e Legislativo

Recebido em: 30/09/25
às 16h 17

Assunto: MEMORANDO Nº 2.654/2025 - DTL/SMG, referente à Requerimento nº

262/2025 - 12ª Sessão

Prezados Senhores,

Em resposta ao memorando n° 2.654/2025 – DTL/SMG, referente ao Requerimento n° 262/2025 – 12ª Sessão, que versa sobre a criação do Programa "**Atividade para 60 – De Volta ao Trabalho**".

Inicialmente, cumprimentamos o estimado vereador Cleber Candido Silva por sua louvável iniciativa, pois a mesma parte do reconhecimento de que existe discriminação etária estrutural no mercado, especialmente contra profissionais maduros e seniores, que enfrentam barreiras de reinserção após os 40 anos e, de forma mais acentuada, após os 60 anos.

A proposta tem mérito social ao propor medidas compensatórias, alinhando-se a práticas de inclusão etária já observadas em legislações nacionais e internacionais de combate ao ageísmo.

Entretanto, a fixação da idade de **60 anos como marco exclusivo para o ingresso no programa** suscita algumas críticas:

 Risco de exclusão indireta: Ao privilegiar pessoas com 60+ anos, corre-se o risco de desconsiderar outras faixas etárias que também sofrem discriminação laboral,



como jovens de 18-29 anos (preconceito por falta de experiência") e adultos de 40-49 anos (início do ageísmo).

- Estigmatização etária: A criação de um programa segmentado pode reforçar a percepção de que trabalhadores a partir dos 60 são "diferentes" ou "menos capazes", o que, paradoxalmente, pode perpetuar o preconceito que se busca combater.
- 3. Princípio da isonomia: Do ponto de vista jurídico-constitucional, embora políticas afirmativas possam se basear em critérios etários (como no caso do Estatuto do Idoso, Lei Federal n 10.741/2003), há necessidade de fundamentar a medida em dados estatísticos locais que demonstrem a vulnerabilidade especifica do grupo 60+. Do contrário, pode-se alegar violação do princípio da isonomia (art. 5° da Constituição Federal).

Considerando o exposto acima, recomendo que o programa seja apresentado como "Política Municipal de Inclusão Etária no Trabalho", com subdivisões que contemplem diferentes grupos etários vulneráveis, como:

- Jovens em início de carreira (18-29 anos);
- Adultos maduros (40-49 anos);
- Adultos seniores (50-59 anos);
- Idosos ativos (60+).

Caso se mantenha o recorte "60+", o programa deve estar embasado em diagnósticos socioeconômicos locais, demonstrando que esta população é a mais afetada no município. Isso legitima a política afirmativa como ação compensatória, reduzindo riscos de questionamento jurídico.

Assim, concluímos que o Projeto de Lei que cria o Programa "Atividade para 60 – De Volta ao Trabalho" é **socialmente meritório** e responde a uma demanda real de combate à discriminação etária. No entanto, ao restringir o recorte apenas a pessoas com



60 anos ou mais, pode inadvertidamente excluir outras faixas vulneráveis e reforçar o estigma que busca combater.

Desta forma, recomendamos a ampliação da concepção para uma política municipal de inclusão etária, contemplando diferentes grupos, ou, alternativamente, justificar de forma robusta, com dados empíricos locais, o foco exclusivo no público 60+. Essa abordagem preserva o princípio da isonomia, fortalece a legitimidade da lei e amplia seu alcance inclusivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos e informações, e renovamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

MÁRIO JORGE DA SILVEIRA JUNQUEIRA

Secretário Municipal de Emprego e Relações de Trabalho



Câmara Munici

CÁMARA	SHAM	MICIPAL	DAR	CAMANA
APROVADO				

GABINETE DO VEREADOR

REQUERIMENTO Nº 262 / 2025

EDIVILSON LEME MENDES PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Requeiro dentro das normas regimentais desta Casa de Leis e após deliberação do plenário para que o Exmo. Prefeito Kauan Berto Sousa Santos, informe a esta Casa de Leis, a possibilidade da criação do programa "Atividade para 60 - De Volta ao Trabalho", com o objetivo de promover a reinserção e valorização de cidadãos a partir de 60 anos de idade no mercado de trabalho, por meio de qualificação profissional, oficinas, apoio ao empreendedorismo e parcerias com empresas locais.

JUSTIFICATIVA

O envelhecimento da população é uma realidade no Brasil e no mundo, e muitos cidadãos acima de 60 anos permanecem em plenas condições físicas, intelectuais e profissionais para contribuir ativamente com a sociedade. Contudo, grande parte desse público enfrenta barreiras no acesso ao mercado de trabalho, sofrendo preconceito etário e exclusão de oportunidades. A criação do programa "Atividade para 60 - De Volta ao Trabalho" visa oferecer suporte e condições adequadas para que essa faixa etária possa se reintegrar de forma digna, produtiva e inclusiva. Entre as ações que poderão ser implementadas, destacam-se:

- capacitação profissional em áreas demandadas pelo mercado;
- incentivo ao empreendedorismo e trabalho autônomo;
- parcerias com empresas locais para estimular contratações;
- ações voltadas à valorização da experiência e do conhecimento adquiridos ao longo da vida.

Além de promover a independência financeira, o programa fortalece a autoestima, reduz os impactos sociais da exclusão e contribui para uma cidade mais justa, solidária e inclusiva.

Assim, pelo impacto social e relevância da matéria, solicitamos o apoio dos nobres pares para aprovação deste Requerimento, a fim de que o Executivo Municipal avalie a implantação do programa em Cajamar.

Plenário Ver. Waldomiro dos Santos, 18 de agosto de 2.025.

Cleber Candido Silva Vereador

Departamento de Apoio **Técnico e** Legislativo 0 4 SET 2025

15h41

CAMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR

PROTOCOLO 2811/2025

DATA / HORA 21/08/2025 12:05:16

USUÁRIO 066.XXX.XXX-62

Avenida Professor Walter Ribas de Andrade, !